

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 107
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 18239	Página (s): 32
02-09-2013		



O pulo do Gato

Fernando Sobral

O bode expiatório

A Constituição da República Portuguesa não é um fato e o Tribunal Constitucional não é uma alfaiataria onde se adaptam leis à medida do comprador. Na sua cegueira, o Governo continua a ser incapaz de negociar dentro dos limites da lei fundamental do país, para cumprir o objectivo de tornar menos anafado este Estado que afoga a sociedade portuguesa. Mas o Tribunal Constitucional não é o inimigo público número 1, um Al Capone à nossa dimensão, que odeia reformas. A forma e o conteúdo das “reformas” do Governo para despedir funcionários públicos sem controlo é que é o nó górdio da questão. Hoje, no sector privado, ninguém pode dizer que tem segurança no emprego. No sector público ele existe porque, tal como na generalidade dos Estados da Europa, se criou um contrato social. A diferença, para este Governo, é que há contratos que podem ser rasgados ao sabor das conveniências. E há outros que não. Criou-se a ideia que o faroeste deve ser a lei que rege o mundo do trabalho. E que há uns contratos que são mais iguais do que os outros. Se juntarmos a isto a ideia que é pela insegurança jurídica do trabalho e pelos baixos salários (como defende o FMI e o Governo) que nos tornamos competitivos, está visto qual o modelo económico que está a ser criado em Portugal. Billy the Kid e os Dalton andam à solta por aqui. Há também uma questão política nesta guerra contra o Tribunal Constitucional: tal como o TC alemão (onde se inspira o nosso) ele tem como missão defender a Constituição. Se PSD e CDS não gostam dela, já deveriam ter tentado revê-la (e isso inclui os artigos que defendem os contratos do Estado). Assim estão apenas a encontrar um bode expiatório para a sua cegueira.